



Opinião Econômica

Laura Müller Machado

Mestre em Economia Aplicada pela USP, é professora do Insper e foi secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo



Crédito para sair da pobreza, não para entrar em dívida

Mais pobres querem crédito, mas os bancos sabem oferecê-lo?

Muitos brasileiros querem empreender, trabalhar e prosperar. A procura por financiamento, especialmente entre trabalhadores informais e pequenos empreendedores, sugere a existência de uma demanda por crédito que ainda não é atendida adequadamente. No entanto, vivemos um paradoxo: enquanto grandes bancos comerciais e públicos enfrentam dificuldades para avaliar riscos e administrar contratos com a população vulnerável, algumas experiências de microcrédito produtivo orientado indicam que, sob determinadas condições, é possível conceder financiamento com níveis administráveis de inadimplência e potencial de inclusão produtiva.

Afinal, por que o modelo bancário convencional encontra dificuldades para atender os mais pobres e quais elementos podem explicar os resultados promissores do mi-

crocrédito produtivo orientado? A proteção contra choques e a acumulação de capital produtivo estão entre as razões pelas quais o crédito é importante para os mais pobres. Na ausência de redes robustas de proteção, poupança ou crédito emergencial, uma doença na família ou uma seca na lavoura pode empurrar um lar economicamente estável para uma espiral de pobreza. O crédito também pode financiar ativos produtivos. Comprar uma moto para fazer entregas, uma máquina de costura ou ferramentas de trabalho exige um montante inicial que o trabalhador informal pode não conseguir reunir. Sem financiamento, ele pode permanecer em uma situação de baixa produtividade e renda.

O Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas avaliou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e en-

controu resultados promissores em relação ao lucro dos empreendimentos e à renda das famílias beneficiárias. A experiência brasileira e a literatura sobre microcrédito permitem destacar quatro estratégias que podem contribuir para melhores resultados. A primeira é a proximidade. Grandes bancos costumam avaliar os tomadores por meio de informações cadastrais, históricos financeiros e critérios formais de scoring, que podem ser insuficientes para compreender a realidade dos trabalhadores informais. No microcrédito produtivo orientado, o agente de crédito aproxima-se da comunidade, conhece as condições do tomador e avalia de forma mais direta a viabilidade do negócio.

A segunda estratégia é combinar crédito com orientação, capacitação e estímulo à poupança. Entregar dinheiro de forma isolada

pode não ser suficiente para gerar resultados produtivos sustentáveis. O acompanhamento do tomador, associado a iniciativas de capacitação técnica e educação financeira, pode melhorar o uso do crédito e ajudar a família a enfrentar futuros choques de liquidez. A terceira estratégia é o uso de garantias sociais, como o aval coletivo e a responsabilidade solidária. Em determinados contextos, o aval comunitário pode substituir as garantias reais de que muitas famílias não dispõem. Quando a comunidade participa da dinâmica do financiamento, o controle social e a confiança mútua podem reduzir a assimetria de informação entre a instituição financeira e o tomador e contribuir para a redução da inadimplência. A quarta estratégia é a progressão dos valores financiados. A concessão começa com quantias modestas e aumenta gradualmente,

à medida que se consolida o histórico de pagamento e o empreendimento apresenta sinais mais claros de retorno. Essa progressão permite que a instituição financeira conheça melhor o tomador e limita as perdas caso o negócio não alcance o resultado esperado. Uma expansão mal desenhada, com juros incompatíveis com o retorno da atividade, avaliação inadequada da capacidade de pagamento ou ausência de acompanhamento, pode ampliar o endividamento e agravar a vulnerabilidade das famílias que deveria beneficiar.

O Brasil, contudo, dispõe de experiências que apontam caminhos promissores. O desafio é reforçar essas estratégias e ampliar a oferta de microcrédito sem abandonar a cautela, a proximidade e o acompanhamento necessários para que o financiamento se converta em inclusão produtiva.



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*
Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




Restrição de diesel já interrompe trabalhos nas lavouras gaúchas



Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

As dificuldades para obter óleo diesel já começam a interferir nos trabalhos da safra de verão no Rio Grande do Sul. Em Pedras Altas, na Zona Sul, produtores de arroz que haviam iniciado a semeadura tiveram de interromper operações por falta de combustível. Na soja, há máquinas paradas à espera de diesel para preparar as áreas, a dois dias da abertura do calendário regular de plantio da cultura no Estado.

O produtor Maicon Pazinato é um dos atingidos. Ele aguarda a chegada do combustível para fazer a dessecação da área que receberá soja e, posteriormente, iniciar a semeadura. O problema ocorre em meio a relatos de restrições em diferentes regiões gaúchas, sobretudo na oferta de diesel S500, além de limi-

tes de volume, incerteza sobre entregas e preços elevados.

A situação levou a Federação da Agricultura do Estado (Farsul) a encaminhar ontem novo ofício à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O documento reúne informações de produtores, sindicatos rurais e fornecedores e aponta um mercado desuniforme: enquanto algumas localidades têm produto, em outras os Transportadores-Revendedores-Retalhistas (TRRs) não conseguem atender integralmente aos pedidos ou não dão previsão de entrega.

Em Pedras Altas, o presidente do Sindicato Rural, Carlos Hofmeister, confirma problemas entre produtores que já estavam semeando arroz. Ele ressalta que a cultura ocupa área relativamente pequena no município, estimada em cerca de 2 mil hectares, e é implantada mais tarde devido às temperaturas mais baixas. “Na parte do arroz, sim, o pessoal que estava no meio do plantio está com problema”, afirma.

A preocupação maior está à frente. Pedras Altas cultiva aproximadamente 50 mil hectares de soja e, segundo Hofmeister, a semeadura costuma começar mais efetivamente por volta de 15 de outubro. No Estado, o calendário regular da cultura para a safra 2026/2027 começa nesta quinta-feira (19). Nesta safra, plantios antecipados puderam ser autorizados excepcionalmente a partir de 15 de setembro. Hofmeister conversou nesta terça-feira com três grandes produtores e nenhum havia conseguido combustível em volume suficiente para iniciar os trabalhos com tranquilidade.

Apesar das dificuldades, o presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), Denis Dias Nunes, afirma que ainda não há atraso generalizado do plantio de arroz provocado pela falta de diesel, embora o abastecimento esteja fora da normalidade.

Os relatos reunidos pela Farsul mostram diferenças dentro do Estado. Em Pelotas e Restinga Seca, for-

necedores consultados estavam sem S500. Em Lavras do Sul, havia S10 a R\$ 7,70 por litro, mas não S500. Em Caçapava do Sul, um fornecedor recebeu 10 mil litros de S500, limitando a entrega a 3 mil litros por produtor.

Além da disponibilidade, o preço preocupa. Hofmeister relata que um produtor de Pedras Altas havia comprado diesel a R\$ 6,02 por litro e, ao encomendar nova carga, recebeu cotação próxima de R\$ 7,90, sem pronta entrega.

As restrições persistem após o anúncio, no fim de semana, de uma cota de 14 milhões de litros de S500 da Petrobras para reforçar o atendimento aos TRRs gaúchos. A medida foi articulada após tratativas da Farsul em Brasília. No novo ofício, a entidade pede à ANP informações sobre estoques, produção e distribuição, previsão de normalização e providências diante das diferenças de oferta e preços verificadas no Estado. Procurada pelo Jornal do Comércio, a ANP não retornou.

Dália obtém aval para exportar para a China

A Dália Alimentos recebeu autorização da China para exportar produtos avícolas produzidos no frigorífico de Palmas, distrito de Arroio do Meio. A unidade gaúcha foi uma das quatro habilitadas ontem, após missão sanitária chinesa que inspecionou frigoríficos brasileiros neste mês. As demais autorizações contemplam outra planta de aves, em Minas Gerais, e duas de bovinos, em Minas Gerais e Pernambuco.

A planta, construída em 2019, abate atualmente cerca de 50 mil aves por dia, em um turno, e tem capacidade para 70 mil por turno. Embora já exporte para diferentes destinos, a maior parte da produção ainda abastece o mercado interno. Segundo o vice-presidente executivo da Dália, Igor Estevan Weingartner, a autorização chinesa já está em vigor, e os primeiros embarques devem ocorrer em cerca de 30 dias.